

**O PROCESSO DE JULGAMENTO NO TRIBUNAL PENAL
INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DO CASO RÚSSIA-UCRÂNIA:
JULGAR INDIVÍDUOS POR GENOCÍDIO, CRIMES DE GUERRA,
CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E AGRESSÃO**

Janine Andreiv Rodrigues¹

CEDIRE/UFU

DOI: <https://doi.org//10.62140/JAR1182025>

Sumário: 1. Introdução; 2. Estrutura e Funcionamento do Tribunal Penal Internacional. 2.1 Composição do Tribunal; 3. O Conflito Rússia-Ucrânia e a Atuação do TPI; 4. Desafios e Perspectivas do TPI; 5. Considerações Finais; 6. Referências.

Resumo: Este artigo analisa o processo de julgamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), com foco na sua aplicação ao caso do conflito entre Rússia e Ucrânia. O TPI, estabelecido pelo Estatuto de Roma, possui jurisdição sobre crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e o crime de agressão. A análise aborda a estrutura do TPI, seus procedimentos de investigação e julgamento, e a emissão de mandados de prisão contra indivíduos, incluindo o Presidente russo Vladimir Putin, por supostos crimes de guerra relacionados à deportação e transferência ilegal de crianças ucranianas para a Rússia. O artigo também contextualiza o conflito, explorando seus antecedentes históricos, implicações geopolíticas e econômicas, e as lições militares aprendidas. Conclui-se que o TPI desempenha um papel crucial no combate à impunidade e na promoção da justiça global, embora enfrente desafios significativos em sua atuação.

¹ Janine Andreiv Rodrigues, é docente voluntária no Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião - CEDIRE da Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras-chave: Tribunal Penal Internacional; Crimes Internacionais; Conflito Rússia-Ucrânia; Mandados de Prisão; Justiça Global.

Abstract: This article analyzes the trial process of the International Criminal Court (ICC), focusing on its application to the case of the conflict between Russia and Ukraine. The ICC, established by the Rome Statute, has jurisdiction over crimes of genocide, war crimes, crimes against humanity, and the crime of aggression. The analysis addresses the structure of the ICC, its investigation and trial procedures, and the issuance of arrest warrants against individuals, including Russian President Vladimir Putin, for alleged war crimes related to the deportation and illegal transfer of Ukrainian children to Russia. The article also contextualizes the conflict, exploring its historical background, geopolitical and economic implications, and the military lessons learned. It concludes that the ICC plays a crucial role in combating impunity and promoting global justice, although it faces significant challenges in its operation.

Keywords: International Criminal Court; International Crimes; Russia-Ukraine Conflict; Arrest Warrants; Global Justice.

1. Introdução

O Tribunal Penal Internacional (TPI) representa um marco na evolução do Direito Internacional Penal, com o objetivo primordial de proteger os direitos humanos e responsabilizar indivíduos por crimes que atentam contra a dignidade humana. A criação do TPI é resultado de um longo processo histórico, impulsionado pela necessidade de uma jurisdição internacional permanente para julgar os autores dos crimes mais graves que afetam a comunidade internacional.

O TPI, com sede em Haia, nos Países Baixos, foi estabelecido pelo Estatuto de Roma, um tratado internacional que entrou em vigor em 1º de julho de 2002. No Brasil promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 DE Setembro de 2002. O Tribunal possui competência para julgar **indivíduos** acusados de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e o crime de agressão. Sua jurisdição é complementar às

jurisdições nacionais, ou seja, o TPI somente intervém quando os Estados não têm a capacidade ou a vontade de investigar e julgar esses crimes.

O Brasil, reconhecendo a importância do TPI na luta contra a impunidade, apoiou ativamente a criação do Tribunal e aderiu ao Estatuto de Roma. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, § 4º, estabelece que "O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão."

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de julgamento do TPI, com foco na sua aplicação ao caso do conflito entre Rússia e Ucrânia.

A invasão russa ao território ucraniano, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, gerou uma crise humanitária e de segurança internacional, com relatos de graves violações dos direitos humanos e crimes de guerra.

Diante desse cenário, o TPI, acionado pela Ucrânia, iniciou uma investigação sobre a situação na Ucrânia e emitiu mandados de prisão contra indivíduos, incluindo o Presidente russo Vladimir Putin, por supostos crimes de guerra relacionados à deportação e transferência ilegal de crianças ucranianas para a Rússia.

A análise do processo de julgamento do TPI no caso Rússia-Ucrânia é de suma importância para compreender o papel do Tribunal na busca por justiça e responsabilização em um contexto de conflito armado. Além disso, permite avaliar os desafios e as perspectivas do TPI na promoção da paz e da segurança internacional.

2. Estrutura e Funcionamento do Tribunal Penal Internacional

O TPI é composto por diversos órgãos, cada um com funções específicas no processo de investigação e julgamento de crimes. Os principais órgãos do TPI são:

- A Presidência: Responsável pela administração geral do Tribunal, com exceção do Gabinete do Procurador. A Presidência é composta pelo Presidente e dois Vice-Presidentes, eleitos pelos juízes do Tribunal.

- As Divisões Judiciais: O TPI possui três divisões judiciais: a Divisão de Apelações, a Divisão de Julgamento e a Divisão de Pré-Julgamento. Cada divisão é composta por juízes especializados em diferentes áreas do Direito Penal Internacional.
- O Gabinete do Procurador: Responsável por receber denúncias, iniciar investigações e apresentar acusações perante o Tribunal. O Procurador é eleito pela Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma.
- A Secretaria: Responsável pela administração e apoio logístico do Tribunal. A Secretaria é liderada pelo Secretário, eleito pelos juízes do Tribunal.

2.1 Composição do Tribunal

O TPI é composto por dezoito juízes, eleitos pela Assembleia dos Estados Partes do Estatuto de Roma. Os juízes devem possuir notório saber jurídico e alta consideração moral, além de serem especialistas em Direito Penal, Processual Penal e Direito Internacional Humanitário. A composição do Tribunal deve garantir a representação de gênero.

Os juízes são eleitos para mandatos de nove anos, não renováveis. Eles são responsáveis por conduzir os julgamentos, proferir decisões e determinar as penas aplicáveis aos condenados.

2.2 Jurisdição do Tribunal

O TPI possui jurisdição sobre os crimes mais graves que afetam a comunidade internacional, quais sejam:

- Genocídio: Atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso.
- Crimes de Guerra: Violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflitos armados internacionais ou não internacionais.
- Crimes contra a Humanidade: Atos cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil, como assassinato,

extermínio, escravidão, deportação, tortura, estupro, perseguição e outros atos desumanos.

- Crime de Agressão: Planejamento, preparação, iniciação ou execução, por uma pessoa em posição de liderança política ou militar, de um ato de agressão que, por suas características, gravidade e escala, constitua uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas.

O TPI somente pode exercer sua jurisdição se o crime tiver sido cometido no território de um Estado Parte do Estatuto de Roma ou por um nacional de um Estado Parte. Excepcionalmente, o TPI pode exercer sua jurisdição se o Conselho de Segurança das Nações Unidas encaminhar uma situação ao Tribunal.

O TPI não possui jurisdição retroativa, ou seja, somente pode julgar crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma, em 1º de julho de 2002.

2.3 Processo de Julgamento

O processo de julgamento no TPI é composto por diversas fases, desde a investigação inicial até a prolação da sentença. As principais fases do processo são:

1. Exame Preliminar: O Gabinete do Procurador analisa as informações recebidas para determinar se há fundamento razoável para iniciar uma investigação.
2. Investigação: Se o Procurador concluir que há fundamento razoável, ele pode iniciar uma investigação para coletar provas e identificar os responsáveis pelos crimes.
3. Acusação: Se o Procurador considerar que há provas suficientes, ele pode apresentar uma acusação perante o Tribunal.
4. Audiência de Confirmação de Acusação: A Divisão de Pré-Julgamento realiza uma audiência para determinar se há provas suficientes para justificar o julgamento do acusado.

Até esta fase processual é possível o trâmite sem a presença do acusado, a partir do item seguinte somente haverá tramitação com a presença do “réu”.

5. Julgamento: Se a acusação for confirmada, o acusado é submetido a julgamento perante a Divisão de Julgamento. O julgamento é conduzido de forma imparcial e transparente, com respeito aos direitos do acusado.
6. Sentença: Se o acusado for considerado culpado, a Divisão de Julgamento profere uma sentença, que pode incluir pena de prisão, multa e reparação às vítimas.
7. Apelação: A sentença pode ser objeto de apelação perante a Divisão de Apelações.

O TPI garante aos acusados o direito a um julgamento justo, incluindo o direito à defesa, o direito de apresentar provas, o direito de confrontar testemunhas e o direito de recorrer da sentença.

3. O Conflito Rússia-Ucrânia e a Atuação do TPI

O conflito entre Rússia e Ucrânia teve início em 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia invadiu o território ucraniano. A invasão foi precedida por um longo período de tensões entre os dois países, incluindo a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e o conflito em Donbass, região no leste da Ucrânia.

A invasão russa gerou uma crise humanitária e de segurança internacional, com relatos de graves violações dos direitos humanos e crimes de guerra. Milhões de ucranianos foram forçados a deixar suas casas, buscando refúgio em outros países ou em regiões mais seguras da Ucrânia.

Diante da gravidade da situação, o TPI iniciou uma investigação sobre os crimes cometidos na Ucrânia. Em 17 de março de 2023, a Câmara de Pré-Julgamento II do TPI emitiu mandados de prisão contra o Presidente russo Vladimir Putin e a Comissária para os Direitos da Criança no Gabinete do Presidente da Federação

Russa, Maria Alekseyevna Lvova-Belova, por supostos crimes de guerra relacionados à deportação e transferência ilegal de crianças ucranianas para a Rússia.

3.1 Antecedentes do Conflito

As tensões entre Rússia e Ucrânia têm raízes históricas profundas. A Ucrânia, localizada em uma região estratégica entre a Rússia e a Europa, tem sido palco de disputas entre diferentes potências ao longo dos séculos.

Durante a União Soviética, a Ucrânia desempenhou um papel crucial como celeiro econômico e estratégico, mas também sofreu processos de russificação e repressões culturais. A coletivização forçada da agricultura na década de 1930, liderada por Joseph Stalin, resultou na morte de milhões de ucranianos em um evento conhecido como **Holodomor**, considerado por muitos como um genocídio. No Brasil em trâmite o PL 423/2022, que reconhece o extermínio de ucranianos por meio da fome (Holodomor) como genocídio e institui o quarto sábado de novembro como Dia de Memória às Vítimas do Holodomor.

Após o colapso da União Soviética em 1991, a Ucrânia declarou sua independência. No entanto, a Rússia continuou a exercer influência sobre o país, especialmente nas regiões com população de maioria russa.

A aproximação da Ucrânia com a União Europeia e a OTAN, a partir da década de 2000, gerou tensões com a Rússia, que considera a expansão da OTAN para o Leste Europeu como uma ameaça à sua segurança.

Em 2014, após a deposição do presidente ucraniano Viktor Yanukovich, aliado da Rússia, a Rússia anexou a Crimeia e apoiou separatistas pró-Rússia no leste da Ucrânia, dando início a um conflito que já dura anos.

3.2 Implicações Geopolíticas e Econômicas

O conflito entre Rússia e Ucrânia tem profundas implicações geopolíticas e econômicas. A Ucrânia é um país estratégico para a Rússia, tanto do ponto de vista

militar quanto econômico. A Rússia busca manter a Ucrânia sob sua influência para evitar o cerco militar e garantir o acesso a rotas comerciais e energéticas vitais.

A expansão da OTAN para o Leste Europeu é vista pela Rússia como uma ameaça à sua segurança. A Rússia se opõe à adesão da Ucrânia à OTAN, pois isso significaria a presença militar ocidental em sua fronteira.

O conflito também tem impactos significativos na economia global. A Rússia é um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo, e a Ucrânia é um importante país de trânsito para o gás natural que abastece a Europa. As sanções impostas à Rússia após 2022 exacerbaram a crise energética global, com aumentos nos preços de energia e pressões inflacionárias em diversos países.

Além disso, o conflito impactou o mercado de commodities alimentícias, já que Ucrânia e Rússia são grandes exportadores de trigo, milho e óleo de girassol. A interrupção na produção e distribuição aumentou a insegurança alimentar em regiões dependentes dessas importações, especialmente no Oriente Médio e África.

3.3 Mandados de Prisão Emitidos pelo TPI

Em 17 de março de 2023, a Câmara de Pré-Julgamento II do TPI emitiu mandados de prisão contra o Presidente russo Vladimir Putin e a Comissária para os Direitos da Criança no Gabinete do Presidente da Federação Russa, Maria Alekseyevna Lvova-Belova, por supostos crimes de guerra relacionados à deportação e transferência ilegal de crianças ucranianas para a Rússia.

De acordo com o TPI, há motivos razoáveis para acreditar que Putin e Lvova-Belova são responsáveis pelo crime de guerra de deportação ilegal de população (crianças) e de transferência ilegal de população (crianças) de áreas ocupadas da Ucrânia para a Federação Russa, em violação dos artigos 8(2)(a)(vii) e 8(2)(b)(viii) do Estatuto de Roma.

O TPI considerou que os mandados são secretos para proteger vítimas e testemunhas e também para salvaguardar a investigação. No entanto, ciente de que a conduta

abordada na presente situação está supostamente em andamento, e que a conscientização pública sobre os mandados pode contribuir para a prevenção da prática de novos crimes, a Câmara considerou que é do interesse da justiça autorizar o Registro a divulgar publicamente a existência dos mandados, o nome dos suspeitos, os crimes pelos quais os mandados são emitidos e os modos de responsabilidade conforme estabelecido pela Câmara.

Além dos mandados de prisão contra Putin e Lvova-Belova, o TPI também emitiu mandados de prisão contra outros indivíduos envolvidos no conflito, incluindo:

- Serguei Ivanovich Kobylash: Tenente-General das Forças Armadas Russas, Comandante da Aviação de Longo Alcance da Força Aeroespacial, supostamente responsável pelo crime de guerra de direcionar ataques a objetos civis e pelo crime de guerra de causar dano incidental excessivo a civis ou danos a objetos civis, e pelo crime contra a humanidade de atos desumanos.
- Serguei Kuzhugetovich Shoigu: Ministro da Defesa da Federação Russa, supostamente responsável pelos mesmos crimes de Kobylash.
- Victor Nikolayevich Sokol: Almirante da Marinha Russa, Comandante da Frota do Mar Negro, supostamente responsável pelos mesmos crimes de Kobylash e Shoigu.
- Valéry Vassilievich Gerasimov: Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Federação Russa e Primeiro Vice-Ministro da Defesa da Federação Russa, supostamente responsável pelos mesmos crimes de Kobylash, Shoigu e Sokol.

A emissão de mandados de prisão pelo TPI representa um passo importante na busca por justiça e responsabilização pelos crimes cometidos na Ucrânia. No entanto, a execução desses mandados enfrenta desafios significativos, uma vez que a Rússia não é parte do Estatuto de Roma e não reconhece a jurisdição do TPI.

4. Desafios e Perspectivas do TPI

O TPI enfrenta diversos desafios em sua atuação, especialmente em contextos de conflito armado e polarização política. Alguns dos principais desafios do TPI são:

- **Cooperação dos Estados:** O TPI depende da cooperação dos Estados para investigar crimes, prender suspeitos e executar mandados de prisão. A falta de cooperação de alguns Estados pode dificultar a atuação do Tribunal.
- **Seletividade:** O TPI tem sido criticado por sua seletividade, com foco em crimes cometidos na África. A falta de investigações e julgamentos sobre crimes cometidos em outros continentes gera desconfiança e questionamentos sobre a imparcialidade do Tribunal.
- **Legitimidade:** A legitimidade do TPI é questionada por alguns Estados, que não reconhecem a jurisdição do Tribunal ou que se opõem à sua atuação. A falta de apoio político e financeiro pode comprometer a capacidade do TPI de cumprir seu mandato.
- **Eficácia:** A eficácia do TPI é limitada pela sua capacidade de investigar e julgar apenas um número restrito de casos. A complexidade dos crimes internacionais e a falta de recursos dificultam a atuação do Tribunal.

Apesar dos desafios, o TPI desempenha um papel crucial no combate à impunidade e na promoção da justiça global. O Tribunal tem contribuído para responsabilizar indivíduos por crimes graves e para dissuadir a prática de novos crimes.

Para fortalecer o TPI e aumentar sua eficácia, é necessário:

- **Aumentar a cooperação dos Estados:** Os Estados devem cooperar com o TPI, fornecendo informações, prendendo suspeitos e executando mandados de prisão.
- **Aumentar o financiamento do TPI:** O financiamento do TPI deve ser aumentado para permitir que o Tribunal investigue e julgue mais casos.
- **Fortalecer a legitimidade do TPI:** A legitimidade do TPI deve ser fortalecida por meio de um diálogo aberto e transparente com os Estados e a sociedade civil.

5. Considerações Finais

O processo de julgamento no Tribunal Penal Internacional (TPI) representa um avanço significativo na busca por justiça e responsabilização em casos de crimes internacionais. A atuação do TPI no conflito entre Rússia e Ucrânia, com a emissão de mandados de prisão contra líderes russos, demonstra a importância do Tribunal na luta contra a impunidade e na defesa dos direitos humanos.

No entanto, o TPI enfrenta desafios significativos em sua atuação, como a falta de cooperação de alguns Estados, a seletividade, a legitimidade questionada e a eficácia limitada. Para fortalecer o TPI e aumentar sua capacidade de cumprir seu mandato, é necessário aumentar a cooperação dos Estados, ampliar a jurisdição do Tribunal, aumentar o financiamento e fortalecer a legitimidade.

O conflito entre Rússia e Ucrânia demonstra a urgência de fortalecer os mecanismos de justiça internacional e de promover um sistema global mais equitativo e eficaz. O TPI, apesar de suas limitações, é uma ferramenta importante na busca por um mundo mais justo e pacífico.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre o papel do TPI na promoção da justiça global e para o fortalecimento das instituições de justiça internacional.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jan. 2025.

DECRETO N° 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: jan. 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. Estudo de caso do conflito Rússia - Ucrânia. Disponível em: https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/operacoes-conjuntas-artigos-doutrinarios/arquivos/idoc_conflito-rus-x-ucr-estudo-emprego-conj_monografia_24ago2022_impressao-final-atualizado.pdf. Acesso em: jan. 2025.

THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. About the Court. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/>. Acesso em: jan. 2025.

THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Judicial Divisions. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/about/judicial-divisions>. Acesso em: jan. 2025.

THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. States Parties to the Rome Statute. Disponível em: https://asp.icc-cpi.int/en_menus/asp/states%20parties/Pages/the%20states%20parties%20to%20the%20rome%20statute.aspx. Acesso em: jan. 2025.

YALE UNIVERSITY. A construção da Ucrânia moderna. Disponível em: <https://online.yale.edu/courses/making-modern-ukraine>. Acesso em: jan. 2025.